

BC admite: dívida pública cresceu mais do que o Governo esperava

BRASÍLIA — O presidente do Banco Central, Francisco Gros, admite que a dívida mobiliária federal, representada pelos títulos públicos, cresceu nada menos que 162,7%, entre setembro de 1991 e março de 1992, superando as expectativas do Governo. Ela passou de Cr\$ 17,7 trilhões para Cr\$ 46,5 trilhões em valores de março. Mas garante que não haverá explosão da dívida, como ocorreu entre 1988 e 1989, quando o Governo emitia títulos para cobrir rombos de caixa e até pagar salários.

— A dívida não vai explodir. O crescimento não é preocupante, desde que o Governo tenha credibilidade suficiente para se financiar no mercado com um nível razoável de juros — afirma.

Segundo Gros, o crescimento da dívida mobiliária era inevitável, em função de três fatores: as

altas taxas de juros para evitar a especulação, a devolução dos cruzados novos e o forte ingresso de dólares no país desde dezembro passado. Com o aumento do dinheiro em circulação, o Governo, segundo Gros, não teve outra saída senão emitir títulos para evitar o aumento da inflação, o que fez crescer a dívida.

Gros também reconhece que o Governo está trocando uma dívida barata — os cruzados novos, remunerados pela TR mais 6% de juros ao ano — por uma dívida mais cara: a dívida mobiliária, corrigida por TR mais 30% ao ano. Mas garante que a alternativa a este quadro seria a retenção definitiva dos cruzados ou até a devolução através de bônus com prazo de resgate de dez anos, como fez a Argentina. — Quem critica o aumento da dívida deve lembrar que a alter-

nativa seria não devolver os cruzados. Por isto, é perigoso o argumento de que não adiantou o sacrifício do bloqueio dos cruzados, porque a dívida pública acabou crescendo — enfatiza.

Apesar do forte aumento da dívida mobiliária no primeiro trimestre, as projeções da área econômica indicam que em dezembro próximo o endividamento total do setor público, incluindo estados e municípios, será de 18,7% do PIB (Produto Interno Bruto), menor que os 24,9% do PIB registrados no último ano do governo Sarney. Segundo Gros, isto será possível porque haverá uma redução da inflação até o final do ano, acompanhada por uma queda nos juros.

— O erro de alguns economistas é projetar para todo o ano o crescimento da dívida do primei-

ro trimestre. Com a queda da inflação e dos juros, isto não vai se repetir — explicou.

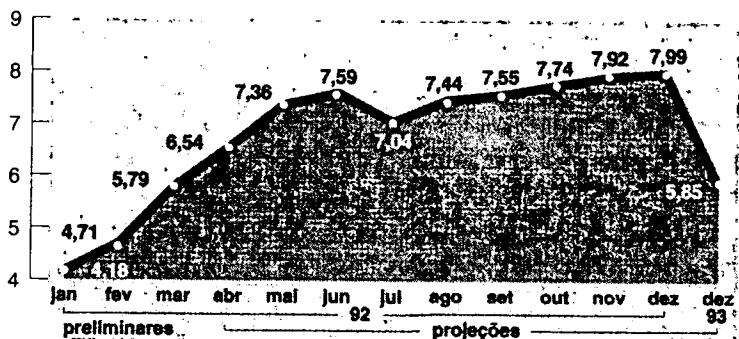
No Rio, o economista Carlos Geraldo Langoni salienta que a situação da dívida pública hoje é diferente da vivida no Governo Sarney, porque o País está na iminência da aprovação de uma reforma fiscal abrangente, o que deve resolver de forma permanente a questão do desequilíbrio das contas do setor público.

Já Antônio Carlos Lemgruber diz que os dados sobre o crescimento da dívida mobiliária mostram as dificuldades em se fazer uma política monetária sem resolver o problema fiscal.

Em São Paulo, o ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira disse que a reforma fiscal, embora necessária, não será suficiente para baixar os juros no próximo semestre como sustenta o BC.

Editoria de Arte

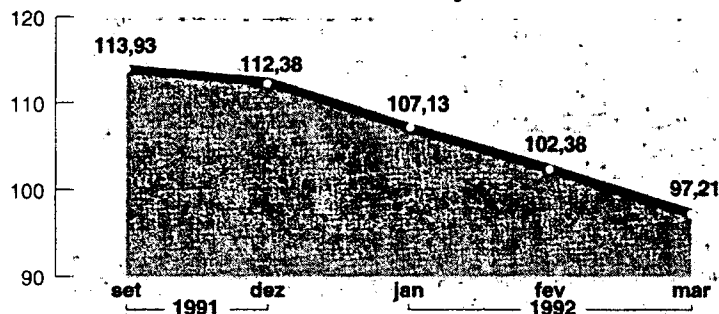
Dívida mobiliária/PIB



FONTE: BC

Editoria de Arte

Dívida externa líquida*



* Em Cr\$ trilhões
FONTE: BC